

PROJETO PREFEITURA MUNICIPAL DE TIETÊ

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 03.2025 – VÁRIOS CARGOS

MÉDIO COMPLETO – MANHÃ

CARGOS: 206 – AGENTE DE APOIO ADMINISTRATIVO, 207 – AGENTE DE CONTROLE DE MATERIAL, 208 – AGENTE DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL, 209 – AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – COMÉRCIO E POSTURAS, 210 – AGENTE DE ORIENTAÇÃO SOCIAL, 211 – AUXILIAR DE TESOUREARIA E 212 – AUXILIAR EM CONTABILIDADE

Prezado(s) Candidato(s),

Em resposta ao recurso interposto em relação à publicação do Gabarito da Prova Objetiva, informa-se abaixo o parecer da Banca Examinadora.

LÍNGUA PORTUGUESA (COMUM A TODOS OS CARGOS)

Questão 1

O recurso é improcedente, pois o gabarito e a questão encontram-se corretos e não há o que ser alterado. O gabarito aponta a alternativa “D” como a correta. A crítica central do texto não se dirige à Inteligência Artificial. O argumento central é o fato de que está ocorrendo um desânimo generalizado que também está acometendo os cronistas. Dentre os motivos para o desânimo também está o uso de IA que está industrialmente plastificando as emoções humanas, mas outros itens são citados, como as guerras e a abundância de textos com indignação e lacração excessivas. Portanto, a IA, ainda que presente no texto, não é o item principal a que se dirigem as críticas, mas sim critica-se a perda de espaço dos cronistas, o que é pontuado como especialmente lamentável porque o autor acredita que as crônicas costumavam ser um antídoto para o desânimo.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 3

O recurso é improcedente, pois o gabarito e a questão encontram-se corretos e não há o que ser alterado. A única alternativa correta é a “B”, variação linguística e citação direta. Não há elementos textuais que corroborem a hipótese de que a citação atribuída a Mario Sergio Cortella tenha qualquer traço de ironia.

Ironia é uma figura de linguagem que ocorre quando se diz o contrário do que se apresenta como realidade para, muitas vezes, reforçar aquela realidade ou para causar humor, criando um efeito de algo inesperado.

No caso do texto, a conclusão do autor vai na mesma linha da citação e não a contradiz. Sendo assim, a citação deve ser entendida em seu significado próprio e não como ironia.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 4

O recurso é improcedente, pois a questão e o gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. O enunciado pedia que fosse identificado um trecho anterior retomado pela frase apresentada no enunciado. Uma vez que o comando pedia a identificação de um trecho todo retomado e não de um elemento, de um sujeito, de uma palavra ou de “um personagem específico”, o significado inteiro dos trechos deveria ser considerado.

Um comando que pretendesse levar os candidatos a identificar o elemento que é retomado pelo pronome “ele” perguntaria a respeito dessa retomada de forma explícita. Sendo assim, o candidato deveria entender que estava buscando a correspondência entre ideias.

A alternativa “A” apresenta uma característica da crônica ao dizer que elas pintam e bordam o cotidiano. O trecho exibido pelo enunciado retoma essa relação da crônica com o cotidiano, a dizer que são textos que nos fazem rir “comendo pão com manteiga” e que revertem “as desgraças do mundo” em piada, isto é, fazem piada com as notícias ruins que tomam conta de nosso cotidiano. Sendo assim, apenas a alternativa “A” tem relação lógica com o conteúdo do trecho apresentado pelo enunciado. Sendo assim, o gabarito permanece.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA (COMUM A TODOS OS CARGOS)

Questão 21

O recurso é improcedente, pois o comando de teclado solicitado no enunciado **minimiza** as janelas abertas para exibir a área de trabalho, sendo essa a única alternativa que contempla a solicitação do enunciado, uma vez que o comando com a tecla M, citado pelo candidato, sequer estava entre as alternativas.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 22

O recurso é improcedente, pois o aplicativo Microsoft Excel está contemplado nos seguintes temas constantes do edital do certame: “Noções de software e conhecimentos de planilhas de cálculo”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 24

O recurso é improcedente, pois o aplicativo Microsoft Excel está contemplado nos seguintes temas constantes do edital do certame: “Noções de software e conhecimentos de planilhas de cálculo”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

207 – AGENTE DE CONTROLE DE MATERIAL

Questão 27

O recurso é improcedente, pois a questão tratou do tópico “Lei Federal n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações)”, conforme o conteúdo do Edital do Concurso, na parte literal do texto da Lei, que reza no artigo 2º, “in verbis”:

“Art. 2º Esta Lei aplica-se a:

I - alienação e concessão de direito real de uso de bens;

II - compra, inclusive por encomenda;

III - locação;

IV - concessão e permissão de uso de bens públicos;

V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;

VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia;

VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação”.

De modo que em consonância com tal recorte, a proposição II, da referida questão, também é incorreta, tendo em vista que cita “... **compra, inclusive por encomenda** ...’ e não como expresso na questão da prova “... **II. compra, exclusivamente por encomenda**”.

Fonte: Lei Federal n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 30

O recurso é improcedente, pois a questão tratou do tópico “Codificação”, conforme conteúdo do Edital do Concurso, de modo que fica claro que **antes da elaboração do cadastro de fato, cujo objetivo é o registro do item com todas suas características no banco de dados de um sistema de informações, é necessário codificar os materiais.**

A codificação dos materiais é importante, pois representa todas as informações necessárias, suficientes e desejadas por meio de números e/ou letras. A atribuição do código visa simplificar e facilitar as operações na empresa, uma vez que todo um conjunto de dados descritivos e individualizadores do material é substituído por um único símbolo representativo.

Alguns objetivos da codificação: facilitar a comunicação interna na empresa no que se refere a materiais e compras; evitar a duplicidade de itens no estoque; e facilitar o controle contábil dos estoques.

Ainda em relação às características que um sistema de codificação deve apresentar, também se acrescentam os seguintes requisitos: confiabilidade, versatilidade, expansividade e operacionalidade.

Os sistemas de codificação podem ser: Sistema alfabético – constituído unicamente por um conjunto de letras. Sistema alfanumérico – mescla números e letras para representar cada material. Sistema numérico – consiste em atribuir uma composição lógica de números para identificar cada material. O sistema

numérico, ou decimal, como também é chamado, o mais utilizado e o melhor método de codificar os materiais e bens patrimoniais, em razão de sua simplicidade e de sua infinita possibilidade de informações. Existem vários sistemas de codificação de materiais, utilizando algoritmos numéricos ou alfanuméricos.

Fonte: Administração de materiais / Rogério da Silva. – 2. Ed. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 32

O recurso é improcedente, pois a questão tratou do tópico “Controle de Estoque”, conforme conteúdo do Edital do Concurso, onde se pode destacar o seguinte:

A discussão relativa aos custos do estoque conduz à definição da quantidade e do tempo em que os materiais ficarão armazenados. E como saber de onde partiu tal decisão? Temos três alternativas:

- Análise do comportamento da demanda, em especial do tempo que leva para que a quantidade armazenada seja consumida.
- Análise do tempo de suprimento, que é o tempo que leva um pedido para ser atendido.
- Confiabilidade das estimativas de comportamento da demanda e do suprimento.

Mas como isso funciona na prática? Se o almoxarifado tiver 500 peças de um item X qualquer, cujo consumo for de 50 peças por dia, e o fornecedor entregar as peças de reposição dois dias após o pedido, com quanto tempo de antecedência deve ser feito este pedido?

Pode-se observar que 500 peças são consumidas em dez dias a uma taxa de 50 por dia e, se houver efetiva confiabilidade no comportamento do consumo e do fornecimento, o pedido pode ser feito no oitavo dia. O comportamento confiável e constante da demanda pode ser expresso graficamente através de uma curva que costuma ser chamada de “Gráfico de Dente de Serra”.

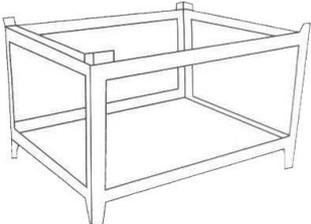
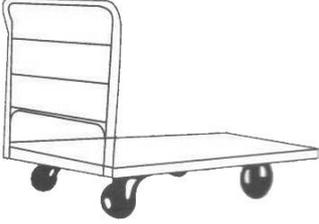
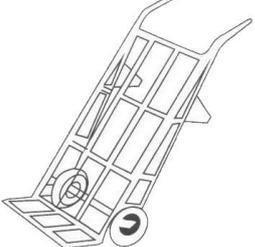
A análise do tempo que leva para repor o estoque é uma das informações básicas para o cálculo do estoque mínimo necessário à manutenção da operacionalidade da organização. O tempo gasto entre a verificação da necessidade de repor o estoque e a chegada efetiva do material e sua liberação para consumo costuma ser desdobrado em três partes.

Fonte: Administração de materiais / Rogério da Silva. – 2. Ed. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 38

O recurso é improcedente, pois a questão tratou do tópico “Equipamentos para manuseio de materiais”, conforme conteúdo do Edital do Concurso, onde se pode destacar o seguinte a respeito de cada tipo de equipamento:

	<p>Gaiola: armação de metal, com altura de 1m e fechada nos quatro lados com tela, semelhante a uma caixa, serve para transporte de pequenos volumes.</p>
	<p>Carrinho hidráulico: serve para transportar cargas sobre paletes até 2000 kg.</p>
	<p>Carro plataforma: transporta volumes de até 800 kg.</p>
	<p>Carrinho de mão simples: transporta fardos, caixas e volume de até 300 kg.</p>

Fonte: Administração de materiais / Rogério da Silva. – 2. Ed. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

208 – AGENTE DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Questão 30

O recurso é improcedente, de acordo com a Lei n.º 9.605/1998, Capítulo II, especialmente conforme o artigo 8º, “in verbis”:

Art. 8º As penas restritivas de direito são:

I - prestação de serviços à comunidade;

Art. 9º A prestação de serviços à comunidade consiste na atribuição ao condenado de tarefas gratuitas junto a parques e jardins públicos e unidades de conservação, e, no caso de dano da coisa particular, pública ou tombada, na restauração desta, se possível.

II - interdição temporária de direitos;

Art. 10. As penas de interdição temporária de direito são a proibição de o condenado contratar com o Poder Público, de receber incentivos fiscais ou quaisquer outros benefícios, bem como de participar de licitações, pelo prazo de cinco anos, no caso de crimes dolosos, e de três anos, no de crimes culposos.

III - suspensão parcial ou total de atividades;

Art. 11. A suspensão de atividades será aplicada quando estas não estiverem obedecendo às prescrições legais.

IV - prestação pecuniária;

Art. 12. A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou à entidade pública ou privada com fim social, de importância, fixada pelo juiz, não inferior a um salário-mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários-mínimos. O valor pago será deduzido do montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator.

V - recolhimento domiciliar.

Art. 13. O recolhimento domiciliar baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado, que deverá, sem vigilância, trabalhar, frequentar curso ou exercer atividade autorizada, permanecendo recolhido nos dias e horários de folga em residência ou em qualquer local destinado à sua moradia habitual, conforme estabelecido na sentença condenatória.

Desta forma, em conformidade com a legislação, a alternativa “B” é a única correta, pois é solicitado ao candidato que assinale a alternativa que trate da prestação de serviços à comunidade, conforme previsto no artigo 9º.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

210 – AGENTE DE ORIENTAÇÃO SOCIAL

Questão 28

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada com base no artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme afirma o enunciado.

A alternativa “A” foi baseada no parágrafo 1º do referido artigo, porém, está incorreta porque ela afirma que toda criança e adolescente terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 18 (dezoito) meses. Contudo, tal parágrafo afirma que toda criança e adolescente terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses. Logo, a alternativa não deveria ser assinalada.

A alternativa “B” foi baseada no parágrafo 2º do referido artigo, contudo, está incorreta porque ela afirma que a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 12 (doze) meses, quando o correto seria 18 (dezoito) meses. Logo, a alternativa não deveria ser assinalada.

A alternativa “D” foi baseada no parágrafo 4º do referido artigo, contudo, está incorreta porque ela afirma que será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe privada de liberdade e ainda que no caso de pai privado de liberdade, a convivência por meio de visitas provisórias dependerá de acolhimento judicial, quando o correto é que será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial. Logo, a alternativa não deveria ser assinalada.

Por fim, a alternativa “C” é *ipsis litteris* o que se encontra no parágrafo 3º do artigo 19 do ECA: “A manutenção ou a reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em serviços e programas de proteção, apoio e promoção”.

É importante ressaltar que a questão foi elaborada com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, cuja redação prevalece acima de qualquer informação que não esteja explícita na referida lei.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 33

O recurso é improcedente, pois a alternativa “B” traz a seguinte redação: “o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a estimular os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido na Constituição Federal”, sendo que o inciso III, apresentado, inclusive, no recurso, afirma que “o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido na Constituição Federal”. É importante ressaltar que “**estimular**” e “**coibir**” são palavras antônimas; portanto, esta alternativa vai de encontro ao que apregoa a lei.

É importante ressaltar que a questão foi elaborada com base na Lei Maria da Penha, cuja redação prevalece acima de qualquer informação que não esteja explícita na referida lei.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 36

O recurso é improcedente, pois a primeira e a terceira proposições estão corretas, conforme bem explicitado pelo candidato, porém, a segunda proposição está incorreta. De acordo com esta proposição, na admissão da pessoa idosa em qualquer trabalho ou emprego, são vedadas a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, exceto para concursos, para o qual é fixado o limite de 75 (setenta e cinco) anos de idade completados no ano da posse. Contudo, ela não pode ser considerada verdadeira, pois, conforme o Estatuto da Pessoa Idosa, artigo 27, afirma que “na admissão da pessoa idosa em qualquer trabalho ou emprego, **são vedadas a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos**, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir”.

É importante ressaltar que a segunda proposição não dita qualquer ressalva, ela afirma que para concursos públicos haveria um limite de idade. Desse modo, a segunda proposição é incorreta, ratificando a alternativa “A” (V / F / V) como correta.

Também é importante ressaltar que a questão foi elaborada com base no Estatuto da Pessoa Idosa, cuja redação prevalece acima de qualquer informação que não esteja explícita na referida lei.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 38

O recurso é improcedente, pois cada coluna da tabela corresponde, *ipsis litteris*, ao descrito na Lei Maria da Penha, artigo 7º:

CAPÍTULO II

DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

~~II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;~~

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; [\(Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018\)](#)

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Veja-se uma a uma:

Uma revisão rápida dá a resposta, sendo a questão considerada de baixa complexidade. Assim, vejamos as colunas uma a uma.

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física (1), entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal (C);

II - a violência psicológica (2), entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (E); [\(Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018\)](#)



III - a violência sexual (**3**), entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (**A**);

IV - a violência patrimonial (**4**), entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades (**B**);

V - a violência moral (**5**), entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (**D**).

Assim, como pode ser facilmente verificado, a ordem correta é 1C / 2E / 3A / 4B / 5D (Alternativa B).

É importante ressaltar que a questão foi elaborada com base na Lei Maria da Penha, cuja redação prevalece acima de qualquer informação que não esteja explícita na referida lei.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

É o que tem a esclarecer.

Atenciosamente,

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social